

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Yara Lemos Alvim

Africanidade Através dos Contos e Danças no 3º Ciclo

Belo Horizonte

2012

Yara Lemos Alvim

Africanidade Através dos Contos e Danças no 3º Ciclo

Trabalho de conclusão de curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Educação e Relações Étnico-Raciais, pelo Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Docência na Educação Básica, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientador: José Eustáquio de Brito

Belo Horizonte

2012

Yara Lemos Alvim

Africanidade Através dos Contos e Danças no 3º Ciclo

Trabalho de conclusão de curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Educação e Relações Étnico-Raciais, pelo Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Docência na Educação Básica, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientador: José Eustáquio de Brito

Aprovado em 14 de julho de 2012.

BANCA EXAMINADORA

José Eustáquio de Brito - Faculdade de Educação da UFMG

Josiley - Faculdade de Educação da UFMG

“Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor da sua pele, pela sua origem ou ainda pela sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender; se podem aprender a odiar, podem aprender a amar”

(Nelson Mandela)

“Qualquer um pode recomeçar e
fazer um novo fim”

(Chico Xavier)

RESUMO

O Plano de Ação “Africanidade Através dos Contos e Danças no 3º Ciclo” propõe uma ação pedagógica interdisciplinar, que visa a educação das relações étnico-raciais no plano da cultura à luz da lei 10.639\03, através do resgate, valorização e reconhecimento da influência negra africana na sociedade brasileira, utilizando-se dos contos e da dança africana no sentido de refletir e desconstruir preconceitos culturais e raciais.

Palavras-chave: Educação Étnico-Racial – Contos – Dança - Expressão Corporal - Música – Identidade.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA E DOS ALUNOS	12
3. OBJETIVOS.....	13
3.1 Objetivos gerais.....	13
3.2 Objetivos específicos.....	13
4. JUSTIFICATIVA.....	14
5. REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
6. DESENVOLVIMENTO / METODOLOGIA	18
7. CONCLUSÃO	29
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	30
9. ANEXOS	32

APRESENTAÇÃO

Nasci em 1968, em Campos Altos, cidade do interior de Minas Gerais, com pouco mais de 15.000 habitantes. Logo aos 2 anos, minha família (pai, mãe e 2 irmãos mais velhos) se mudou para Belo Horizonte.

As lembranças mais fortes que me veem à mente começam em 1982, ano de copa do mundo. Eu não perdia um jogo sequer, pois já adorava esportes e sofri muito com a derrota do Brasil para a Itália. Nesse ano, meus pais se separaram e fui morar com minha mãe em outra casa, juntamente com meus irmãos (agora com uma nova integrante, 8 anos mais nova que eu). Após a separação, minha vida mudou bastante: fui estudar num colégio público (Colégio Marconi), onde ia sozinha pra escola, e onde comecei a jogar handebol na equipe do colégio. Os treinos eram após a aula e eu não faltava a nenhum. Como me destaquei bastante, fui chamada a fazer parte também da equipe juvenil do Clube Recreativo Mineiro e também da seleção Mineira que disputou os jogos estudantis Brasileiros de 1985. Nesse meio tempo, em 1984 perdi minha irmã e amiga (dois anos mais velha que eu) num acidente de moto durante o carnaval, fato esse que abalou muito nossa família.

Com a separação dos meus pais, a situação financeira de minha mãe não ficou muito boa; meu pai não pagava pensão, então, tive de me virar, e devido ao envolvimento com o handebol, resolvi fazer o curso de arbitragem, começando logo a trabalhar como árbitro em jogos por todo o estado de Minas Gerais. Isso me ajudou bastante financeiramente, além de me proporcionar grande prazer naquilo que fazia.

Terminado o segundo grau, decidi prestar vestibular para Educação Física por querer continuar atuando na área e por sentir o desejo de repassar a outros jovens um pouco daquilo que vivenciei. Acredito que o esporte, devido às turbulências ocorridas na minha fase de adolescência, me impediu de caminhar por rumos obscuros, como por exemplo, as drogas. Assim, ingressei na Faculdade de Educação Física da UFMG em 1989 e me envolvi mais ainda com os esportes, pois, além de continuar jogando pela faculdade, me tornei árbitro de voleibol e comecei a atuar em outros setores até então não muito presentes na minha vida: dança, teatro, recreação e também *baby sitter*. Trabalhei em várias colônias de férias e nos fins de semana como recreadora em clubes de Belo Horizonte.

Meu primeiro emprego fichado foi em 1990 como técnica da equipe pré-mirim de voleibol do Clube Recreativo Mineiro. Logo após me formar em 1992 e passar no concurso público para professor, na cidade de Betim, comecei a trabalhar com escolinhas de esportes, num programa oferecido às crianças e jovens, pela prefeitura dessa cidade. Em 1995, após ser aprovada no concurso público de Belo Horizonte, troquei Betim por uma escola da RMBH. Em 1996, larguei o cargo no Clube Recreativo, pois o mesmo não tinha mais condições de arcar financeiramente com os custos de equipes de treinamento. Com isso, assumi uma dobra em uma outra escola da prefeitura de BH, ficando o dia todo com aulas de Educação Física em 2 escolas distintas. Em 2002, assumi mais um cargo na PBH, após ser aprovada em um outro concurso para professor, e assim, me encontro até hoje com 2 cargos efetivos.

Em 1996 passei um mês de férias em Trancoso (Bahia), e tive a chance de interagir com a comunidade da capoeira local. Apesar de não ter muito jeito pra capoeira, tentei ao máximo participar de todos os eventos (maculelê, puxada de rede, jogos de capoeira, dentre outros) e minha bagagem cultural enriqueceu bastante, pois vivenciei a cultura local e suas raízes.

Casei-me em 2004 com uma pessoa negra que conheci na época da lambada. Posso dizer que fui um pouco da noite nessa época, pois saía vários dias da semana para dançar diferentes ritmos (forró, lambada, pagode). Tive também muito contato com o samba através de meu sogro, que ouvia muito Cartola e tinha um grupo musical que se reunia sempre pra tocar e cantar. Engravidei e tive minha filha em 2005, época que tive de abandonar a arbitragem de handebol, pois me vi inviabilizada de viajar a trabalho devido aos afazeres de mãe.

Tentei fazer uma pós graduação na PUC em 1996, mas não houve número de inscritos suficiente para se formar uma turma. A partir daí, não tive condições financeiras de arcar com o alto custo de uma Pós, e por isso, optei por fazer uma especialização em Educação de Jovens e Adultos na Ferlagos, instituição escolhida por ter um baixo custo. Concluído o curso e entregue o certificado de conclusão do mesmo à PBH, a mesma não o reconheceu.

Nas escolas, sempre enfatizei a meus alunos a importância do esporte e a dança como caminho que afasta o jovem das drogas e da criminalidade, além, é claro, dos benefícios de se trabalhar a corporeidade através do movimento, seja no esporte, dança ou teatro. Promovi vários torneios esportivos, festival de dança e

consegui “construir” uma sala de dança em umas das escolas, onde trabalhei vários estilos da dança com os alunos. Hoje, tenho um projeto de conscientização corporal que é desenvolvido com as turmas de primeiro e segundo ciclos.

Sempre me relacionei bem com meus alunos e colegas de trabalho, sou tida como alegre, engraçada e de bem com a vida. Entretanto, em 2004 tive um problema ou melhor dizendo, um mal entendido com um aluno, quando sem querer chamei-o de “neguinho”. Essa palavra eu costumava usar como forma carinhosa de me dirigir aos meus sobrinhos pequenos, no meio familiar. Na família de meu esposo, também era comum esse tipo de tratamento entre eles. Mas como foi dita em um momento de chamada de atenção, soou esquisito e houve um alarde, pois a tia do aluno era de um grupo da consciência negra. De nada adiantou, e até piorou a situação quando eu disse que não era racista e que era casada com um negro, etc, etc... Tudo e qualquer coisa que eu dizia ia contra mim. Por alguns meses, fui convidada a participar de todas as palestras que envolviam o tema, das quais, não fui a nenhuma. Talvez por raiva de não ter sido compreendida. Será ??

Hoje, mais madura, sinto-me novamente com vontade de buscar novos caminhos, onde eu possa buscar respostas para tantos questionamentos, principalmente com relação às questões étnico-raciais e que espero, enriqueçam e subsidiem minha prática pedagógica. Espero que, com essa base teórica que terei no curso do Laseb e acrescentando a ela, a bagagem que trago como educadora física mais voltada aos esportes, aliada à vivência e experiências de vida que trago comigo, além da própria bagagem que o aluno trás, poder trabalhar as questões étnico-raciais de uma forma criativa, lúdica, prazerosa, enriquecedora e contextualizada, de modo a contribuir para formação de uma sociedade mais humana, justa e igualitária.

1 – INTRODUÇÃO

Atualmente, trabalho em duas escolas municipais distintas e bem próximas uma da outra. Na parte da manhã, sou professora de educação física na Escola Municipal Francisco Magalhães Gomes, situada no bairro Vila Clóris, regional Norte de Belo Horizonte, onde leciono para alunos do 3º ciclo.

No segundo turno, trabalho na Escola Municipal Tancredo Phídeas Guimarães, regional Venda Nova, onde leciono educação física, além da disciplina de belas artes. Nessa mesma escola, trabalha uma professora de geografia e história que está cursando juntamente comigo, o curso de pós-graduação na área de Educação e Relações Étnico-Raciais oferecido pela FAE/UFMG em parceria com a prefeitura de Belo Horizonte.

Foi a partir de alguns encontros e conversas durante as aulas na escola e na FAE, que decidimos desenvolver um plano de ação conjuntamente, pois, além de trabalharmos com as mesmas turmas, o tempo disponível e o contato maior com os alunos seria nosso grande aliado, já que lecionamos quatro disciplinas: geografia, história, educação física e belas artes.

Também, observamos que existe uma lacuna no currículo e no Projeto Político Pedagógico de nossa escola que reconheça e valorize a cultura africana e sua influência na sociedade brasileira. Assim, relatarei minha proposta de ação que foi implementada neste primeiro semestre de 2012, numa tentativa de desconstrução dos estereótipos solidificados por tantos anos, através da dança, do movimento e da expressão teatral, com a participação de toda a comunidade escolar da instituição onde trabalho.

Meu plano de Ação trabalhou os Contos Dançantes, trazendo um pouco da história e da cultura africana, a luz da lei 10.639/03, de uma maneira mais prazerosa, lúdica, com apresentações de dança, vídeos, debates, oficinas, entrevistas e enquete. Ele está em sintonia com um dos aspectos positivos da lei 10.630/03, que nos dá a possibilidade de construção de projetos pedagógicos interdisciplinares, com a contribuição das diferentes áreas do conhecimento, extrapolando a visão historiográfica, onde as áreas de Educação Física, Belas Artes, Geografia e História se empenharam com mais afinco. É importante ressaltar a participação da prefeitura de BH, que financiou a contratação de um grupo de dança

africana que, além de uma apresentação de abertura, realizou oficinas com todos os alunos do 3º ciclo do turno da tarde. E essa participação realmente tem de acontecer, pois o poder público realmente tem de sair da neutralidade e ser propulsor de transformações sociais, reconhecendo as disparidades entre brancos e negros no Brasil e a sua responsabilidade de intervenção nesse panorama.

Pretendo que meu plano, seja o propulsor de muitas outras ações futuras e de uma nova era, onde os alunos, sejam brancos ou negros, saiam da escola com um olhar positivo sobre a questão racial e sobre a nossa herança negra e africana, respeitando a diversidade e subjetividades.

2 – CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA E DOS ALUNOS

A Escola Tancredo Phídeas Guimarães, situa-se no bairro Vila Satélite, região de Venda Nova, próxima à avenida Vilarinho. Tem como bairros vizinhos: Parque São Pedro, Jaqueline, Serra Verde e está próxima ao Hospital Risoleta Neves e Shopping Norte. É uma escola que tem no seu segundo turno dez turmas, sendo quatro do 1º ciclo, duas do 2º ciclo e quatro do 3º ciclo. São vinte cargos de magistério. Poucos são os professores que estão na escola há muitos anos e alguns dobram na mesma escola. Em junho desse semestre de 2012, a escola aderiu aos Projetos Escola Integrada e Escola Aberta, sendo portanto, bem recentes e sem dados para avaliar os mesmos.

O Plano de Ação foi desenvolvido com os alunos do primeiro ano do terceiro ciclo, com idade entre 12 e 14 anos, sendo que a maioria dos alunos desse objeto de estudo chegou à escola este ano, vindo de escolas vizinhas e onde o ensino alcança apenas o segundo ciclo. A maior parte dos alunos mora nos bairros adjacentes à escola, são pardos ou negros e têm uma condição sócio-econômica baixa, sem muito lazer e outros privilégios sociais.

3 – OBJETIVOS

- Objetivo Geral

- Divulgar e valorizar a cultura africana no ambiente escolar, à luz da lei 10.639/03, através da dança e dos contos africanos.

3.2 – Objetivos específicos

- Ampliar o leque cultural dos alunos sobre a cultura africana;
- Identificar o continente africano e sua riqueza de culturas;
- Divulgar os contos e a história africana;
- Trabalhar a expressão corporal e teatral, utilizando-se da música e da dança;
- Desenvolver e trabalhar a criatividade;
- Estabelecer o diálogo.

4 – JUSTIFICATIVA

A Lei 10.639/03 configura-se como uma medida de ação afirmativa que torna obrigatória a inclusão do ensino da História da África e da Cultura Afro-Brasileira nos currículos dos estabelecimentos de ensino públicos e particulares da educação básica: tem por objetivo maior contribuir para uma construção de representações positivas dos afro-brasileiros e por uma educação que tenha respeito à diversidade, como parte de uma formação cidadã. Apesar da Lei 10.639/03 já estar em vigor há algum tempo, observa-se que ela não é aplicada de forma sistemática em nossa escola; as motivações são diversas, vai desde o desconhecimento aprofundado sobre a temática, passando pela resistência ou discordância, o preconceito, a falta de materialidade pra se trabalhar o tema, entre muitos outros. Desse modo, o tema somente é lembrado e/ou trabalhado no dia 20 de novembro, dia da Consciência Negra no Brasil.

Sendo assim, fica clara a necessidade de mudar a forma como se lida com os assuntos referentes à África e aos africanos, apresentando-os com uma única realidade e história. Dessa forma, não havendo mudanças no modo de pensar e agir, a escola e seus educadores, em nada contribuem para desconstruir a visão estereotipada do negro e para construir uma atitude de reconhecimento de sua influência em nossa sociedade. Consequentemente, não há uma identificação positiva por parte dos alunos negros, afetando a formação de sua identidade e da autoestima. É importante ressaltar que sem estes elementos formadores primários da personalidade, não há como o aluno se sentir sujeito dotado de ação capaz de transformar uma realidade desigual e opressora. No entanto, isso não significa depositar toda carga para a superação do racismo e das desigualdades raciais na educação escolar, pois a escola sozinha não dará conta, mas é fundamental destacar sua relevância nesse processo.

Assim, por acreditar que toda ação que visa auxiliar na formação de uma identidade negra positiva e respeitosa, de suma importância para a escola e para a democracia no país, é que foi proposta uma ação que visa divulgar e valorizar a cultura africana, através da dança, do movimento, da música e da expressão teatral.

5 – REFERENCIAL TEÓRICO

O texto de Amilcar Araujo Pereira (“O Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana Dá Os Primeiros Passos”) tem muita relação com meu plano de Ação e as dificuldades encontradas para colocá-lo em prática. É inconcebível, a meu ver, que passados 9 anos da entrada da lei 10.639/03, ainda caminhemos a passos árduos e lentos rumo ao cumprimento da mesma, fato que se sustenta no trecho do texto:

...”há muito o que ser feito em termos de pesquisa e ensino para que a lei 10.639/03 seja implementada de fato e possa alterar o aspecto eurocêntrico ainda tão presente no ensino de História nas escolas brasileiras.” (PEREIRA, 13/01/2011)

Vivemos um período em que ainda se acredita na existência de uma democracia racial em nosso país, e a crença nessa democracia racial, juntamente com o próprio racismo e a desinformação, também freiam a inclusão desse tema, sendo também obstáculos ao cumprimento das funções social e cultural da escola. Isso está descrito nos dizeres de Nilma Lino Gomes:

“Lamentavelmente, o racismo em nossa sociedade se dá de um modo muito especial: ele se afirma através de sua própria negação.”(GOMES, 2005, p. 46).

“O mito da democracia racial pode ser compreendido, então, como uma corrente ideológica que pretende negar a desigualdade racial entre brancos e negros no Brasil como fruto do racismo, afirmando que existe entre estes dois grupos raciais uma situação de igualdade de oportunidade e de tratamento.” (GOMES, 2005, p. 57).

Os professores em suas graduações também não tiveram um aprofundamento da história da África e talvez por isso, não tenham tanto embasamento teórico e conseqüentemente prático para poder repassar aos seus alunos, fato que ocorre também em minha escola. A lei 10.630/03, nos dá a possibilidade de construção de projetos pedagógicos interdisciplinares, com a contribuição das diferentes áreas do conhecimento, extrapolando a visão

historiográfica e tornando o tema mais atrativo e próximo de todos os envolvidos numa educação que visa diminuir as desigualdades historicamente construídas na sociedade brasileira. Vale ressaltar outro trecho do texto de Amílcar Araújo Pereira:

“E esse, a meu ver, é o principal objetivo da Lei 10.639/03: permitir que nós, brasileiros, vejamos a África, os africanos, os afro-brasileiros e o próprio Brasil com outros olhares, conhecendo e respeitando todas as matrizes formadoras da nossa sociedade. O estudo das histórias e culturas dos africanos, dos afro-brasileiros, assim como dos povos indígenas, é absolutamente necessário para a construção de um Brasil mais justo e democrático.” (PEREIRA, 13/01/2011)

O papel da escola também é reafirmado nos dizeres de Nilma:

“A escola tem um papel importante a cumprir nesse debate. Os (as) professores(as) não devem silenciar diante dos preconceitos e discriminações raciais. Antes, devem cumprir o seu papel de educadores(as), construindo práticas pedagógicas e estratégias de promoção da igualdade racial no cotidiano da sala de aula. Para tal é importante saber mais sobre a história e a cultura africana e afro-brasileiras, superar opiniões preconceituosas sobre os negros, denunciar o racismo e a discriminação racial e implementar ações afirmativas voltadas para o povo negro, ou seja, é preciso superar **e romper com** o mito da democracia racial.” (GOMES, 2005, p. 60).

Trabalhar a educação das relações étnico-raciais utilizando a corporeidade é uma rica possibilidade, visto que o corpo negro sempre foi marcado pela escravidão, alvo de preconceito e da discriminação, o dito “racismo de marca”, onde o indivíduo é classificado pelo tom da pele, traços do nariz, cabelo e outros.

“Aprendemos tudo isso na sociedade: família, escola, círculo de amigos, relacionamentos afetivos, trabalho entre outros. A questão mais séria é: porque aprendemos a ver o outro e, nesse caso, o negro, como inferior devido a sua aparência e/ou atributos físicos da sua origem africana? A resposta é: porque vivemos em um país com uma estrutura racista onde a cor da pele de uma pessoa, infelizmente é mais determinante para o seu destino social do que o seu caráter, a sua história, a sua trajetória.” (GOMES, 2005, p. 46).

Mas, ao mesmo tempo, a corporeidade negra é marcada também por uma história de luta e transgressão, que busca uma identidade. Assim, é fator primordial contribuir para uma visão positiva do corpo negro .

Segundo Evandro Passos: “As relações de poder e dominação, principalmente, sobre o corpo negro, refletem-se diretamente na condição identitária

do afrodescendente”. Nesse sentido, Stuart Hall (2006) afirma que a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado pelo outro. Nilma Lino (2008) diz que o corpo pode ser considerado expressão e suporte simbólico da identidade negra no Brasil. Para a autora, a identidade negra é construída não só a partir do olhar que o negro tem de si, mas também da relação que ele tem com o olhar do outro sobre ele.

É nesse sentido, que a Dança Afro ganha relevância em meu plano de ação, uma vez que evidencia e valoriza a corporeidade negra, abrindo possibilidades de transformação identitária, artística, sociocultural e política. Nos estudos sobre a Dança Afro, Evandro Passos chama atenção sobre a necessidade de desfazer os tradicionais conceitos de inferioridade e folclorização, buscando-se uma compreensão da emergência dessa dança como fenômeno de memória, arte e movimento social.

A Dança Negra ou Dança Afro não é produto unicamente dos negros ou para os negros. O termo é uma denominação tanto artística quanto política. Incita a colocar o aspecto das práticas estéticas para além da população negra. Ela integra as danças dos descendentes históricos de africanos espalhados pelo mundo, situados geograficamente fora da África. Essa ligação com a África é essencial à identidade étnica dos afrodescendentes.”(PASSOS, Evandro Xavier, 2011).

A autora Maria Zitta (1998) também corrobora com as estratégias utilizadas neste plano de ação, pois a partir do contato com a cultura negra, o jovem começa a descobrir e a assumir a causa do marginalizado, vislumbrando novas possibilidades para si, isso constitui-se em fonte de afirmação de identidade e elevação da autoestima.

6 – DESENVOLVIMENTO / METODOLOGIA

O plano de ação iniciou-se no primeiro semestre de 2012 e teve como pontapé inicial uma sondagem de como os alunos idealizavam a figura de um anjo. Por isso, foi pedido que os mesmos desenhassem um anjo da guarda da maneira que lhes vinha à cabeça quando pensavam no tema. O resultado foi como esperávamos: todos os alunos desenharam anjos loiros, com os cabelos cacheados, olhos verdes ou azuis e a pele branca.

Como segunda etapa, fizemos um grande painel, situado num ponto estratégico da escola, com vários anjos negros e com cabelos afro. Esse painel, tinha como título a seguinte pergunta: “Qual desses você escolheria para ser o seu anjo da guarda? Justifique sua resposta”. Colocamos envelopes afixados no próprio painel, onde todos da comunidade escolar (alunos, professores, pais, funcionários), colocariam sua opinião. A participação foi além do esperado!



Modelos dos anjos que foram colocados no cartaz.



Alunos escolhendo seu anjo da guarda.

Recolhidas e apuradas as respostas, observamos que não houve rejeição a nenhum dos anjos e nem diferenças significativas na votação entre eles; todos tiveram um boa margem de votos. Também, ninguém ressaltou o fato de todos os anjos serem crianças negras, não havendo, portanto, um estranhamento quanto a esse detalhe.

Dando continuidade ao plano de ação, partimos para uma atividade mais voltada para o tema “África”, onde pedimos aos alunos que representassem em um desenho a seguinte questão: “Quando penso em África, imagino...”



Alunos representando em um cartaz a atividade solicitada

Recolhidas as produções, vimos que prevaleceu a visão estereotipada de uma África onde existe somente girafas, leões, zebras e outros tantos animais. Para os alunos, a África, além de ser um país, é um lugar selvagem, praticamente sem civilização. O homem quando desenhado, era posto numa condição de escravo, acorrentado, num trabalho forçado e com os traços do rosto bem grotescos (nariz achatado, lábios grossos) além do cabelo crespo.

Avaliamos que os alunos pouco sabiam sobre a África, sua cultura e sua grande influência e contribuição para nossa própria cultura e história. Percebemos também que havia um racismo velado e uma negação à própria cor, pois muitos dos alunos além de não se verem como negros, apesar de o serem, diziam que não precisavam estudar essa matéria, pois na escola só havia alguns alunos negros. Assim, partimos para atividades mais específicas, no intuito de desconstruir essa visão estereotipada.

Durante várias aulas, trabalhamos com a história geral da África, utilizando mapas, textos, documentários (A Cor da Cultura), filmes e programas educativos

relativos à cultura e à situação do negro no Brasil. Promovemos intensos debates, com os quais provocamos discussões e desconstruímos conceitos e visões estereotipadas sobre a África e o negro. A participação dos alunos foi muito boa e ativa, principalmente na última atividade e discussão do filme “Vista minha pele”, onde muitos se revoltaram com a discriminação feita à personagem principal do filme.

Em outro momento, trabalhamos com os livros do Kit Escolar, distribuído pela Prefeitura de Belo Horizonte, que reúne vários contos africanos. Dividimos os alunos em pequenos grupos e pedimos que utilizassem o tempo da aula para ler e escolher um dos contos. Cada grupo deveria, após selecionado um conto, representá-lo em um belo cartaz, para em outra aula, contá-lo ao restante da turma, utilizando o painel feito para esse fim.



Grupos selecionando um conto e o representando em um cartaz

A participação dos alunos na atividade proposta e a apresentação dos contos superou nossas expectativas. Os alunos foram muito criativos em suas produções. Veja abaixo algumas delas.





Apresentação do conto escolhido por um dos grupos. Além do cartaz, houve representação teatral.

Para dar continuidade ao plano de ação, contratamos um grupo de dança e ritmos Africanos, que tem como líder, o coreógrafo e dançarino Evandro Passos, para uma apresentação de dança afro à toda comunidade escolar. Assim, mostramos um pouco da cultura africana. De início, alguns alunos debocharam, riram e outros compararam a dança apresentada à macumba. Com o desenrolar da apresentação, que também incluía percussão, essa manifestação negativa se abrandou, e a maioria interagiu com o grupo que se apresentava.



Apresentação do grupo de dança africana para toda a escola.

Além da apresentação da dança africana, o grupo de Evandro também foi contratado para auxiliar os alunos em oficinas que tiveram como objetivo a coreografia e a interpretação através da dança, de um dos contos africanos já lidos e representados em cartazes por todos os estudantes. Para isso, cada turma teve um oficinairo referência, que trabalhou o conto escolhido pela turma, numa contextualização africana, utilizando a corporeidade como instrumento principal.



Turma reunida com seu oficinairo referência



Trabalhando a corporeidade através da dança africana, visando a apresentação final.

A finalização das oficinas, bem como a culminância do Plano de Ação, deu-se em um festival de dança e teatro, onde os alunos fizeram suas apresentações dos contos para toda a comunidade escolar. Nessa data, todas as produções dos alunos feitas durante o projeto, foram afixadas em um imenso painel na parede interna do ginásio, de modo que os alunos se sentiram agentes do processo (retorno do que se faz).



Preparação do ambiente para as apresentações dos grupos.



Aquecimento geral antes das apresentações.



Alguns momentos das apresentações dos grupos.

A participação e envolvimento dos alunos durante as oficinas e na apresentação final foi muito boa; foram pouquíssimos os alunos que se recusaram a participar ou se envolveram de forma insatisfatória, tendo esse envolvimento sido crescente com o desenrolar das oficinas. Aquela rejeição inicial, deu lugar à empolgação e à curiosidade em conhecer e aprender mais sobre a cultura e os passos da dança africana.

7 – CONCLUSÃO

Com a finalização do projeto de ação, seus resultados e alcance, vimos que não é necessário nenhum projeto mirabolante; pois, atitudes e práticas simples, como trabalhar com a história geral da África, a exibição de alguns documentários, filmes e programas educativos relativos a cultura e situação atual do negro no Brasil, pesquisas que ressaltem exemplos, literatura, danças, entre outras, podem surtir grandes transformações nas relações pessoais. O importante é provocar debates que contribuam com a desconstrução de conceitos e visões estereotipadas sobre a África e o negro. E é preciso que esse tipo de trabalho comece na educação infantil, pois, desse modo, terá reflexos na vida adulta das crianças que por ali passarem e assim, romper com a cultura dominante onde o negro é inferiorizado perante o branco. A criança negra tem de se sentir incluída, valorizada, para que possa realmente se sentir SUJEITO integralizado à sociedade, e lutar, portanto, por seus direitos.

Mas é preciso sair do comodismo, divulgar e produzir conhecimentos, bem como atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir objetivos comuns que garantam respeito aos direitos legais e valorização de identidade cultural brasileira e africana, como outras que direta ou indiretamente contribuíram (contribuem) para a formação da identidade cultural brasileira.

8 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A COR da Cultura. Volumes 1 e 2. Encomendado por Fundação Roberto Marinho. (fonte não localizada – encarte de DVD extraviado na biblioteca da escola)

BENTO, Maria Aparecida. Branqueamento e Branquitude no Brasil. In. CARONE, Irai e BENTO Maria Aparecida Silva (orgs) **Psicologia Social do Racismo**. Petrópolis: Vozes, 2002. Págs 25- 58.

BRASIL. **Decreto Lei nº 10.639** de 9 de janeiro de 2003. Inclui no Currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática histórica e cultura Afro-brasileira.

GOMES, Nilma Lino. Alguns Termos e Conceitos Presentes no Debate Sobre Relações Raciais no Brasil: Uma Breve Discussão, In: **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**, Brasília: MEC/BID/UNESCO, 2005.

GOMES, Nilma Lino. A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/03. In: MOREIRA Antônio; CANDAU, Vera. **Multiculturalismo, diferenças e práticas pedagógicas**. Petrópolis: Vozes: 2008. Págs 67-89.

HISTÓRIA Geral da África. UNESCO. Representação no Brasil: Ministério da Educação. Edição em Português. 1 DVD.

PAIXÃO, Marcelo. Desigualdades nas Questões Racial e Social. In: BRANDÃO, Ana Paula. **Saberes e fazeres – modos de ver**. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, vol 01, 2006, (A cor da cultura). Págs 21-35.

PASSOS, Evandro Xavier. **Companhia de Dança Afro BATAKA – Ações Artísticas, Socioculturais e Políticas** (Dissertação de Mestrado). São Paulo.

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP – Instituto de Artes . 2011. 128 pág.

PEREIRA, Amílcar Araújo. **O ensino de História e cultura afro-brasileira e africana dá os primeiros passos**. Rio de Janeiro, 13 jan. 2011.

PIXAR Short Films Collection / Curtas Metragens. Walt Disney Pictures. Volume 1. 1984. 1 DVD (55 min).

SANTOS, Erisvaldo Pereira dos. Reexistência negra e escravidão na educação das relações étnico-raciais. In. DALBEN, Ângela Imaculado L. De F. ; Maria de Fátima C. GOMES. **Formação continuada de docentes da educação básica: construindo parcerias (LASEB)**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 113-130.

SISTO, Celso. **Mãe África: Mitos, Lendas, Fábulas e Contos**. 2ª edição. São Paulo. Editora Paulus, 2008. 143p.

SOUZA, Marina de Mello. **Um continente no currículo**. São Paulo, 09 dez. 2008.

TELLES, Edward. Da supremacia Branca à Democracia Racial. In.: **Racismo à Brasileira: uma nova perspectiva sociológica**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Ford. 2003. Págs 41-67.

VALENTE, Ana Lúcia E. F. **Ser Negro No Brasil Hoje**. 8ª edição. São Paulo. Editora Moderna, 1987. 64p.

VISTA Minha Pele. Direção: Joel Zito Araújo. Argumento: Maria Ap. Silva Bento. Coordenação Geral: Hédio Silva Jr; Maria Aparecida S. Bento e Bel Santos. São Paulo: CEERT. 1 DVD.

ZITA, Maria. **Dança negro, ginga a história**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1998.

9 – ANEXOS

Consentimento livre e esclarecimento

Em cumprimento ao protocolo da pesquisa “ Africanidade Através dos Contos e Danças no 3º Ciclo”, de Yara Lemos Alvim e Jeane Renata – alunas dos curso de Especialização em Educação Básica na área de concentração Educação e Relações Étnico-Raciais da Universidade Federal de Minas Gerais – realizada no ano de 2012, na Escola Municipal Tancredo Phídeas Guimarães, da Rede Municipal de Ensino da Prefeitura de Belo Horizonte – MG - , e dando continuidade ao tratamento ético dos dados, solicito a autorização dos pais ou responsáveis dos alunos envolvidos nos estudo, para utilização de imagens obtidas por meio de fotografias na produção do relatório de pesquisa. Essas imagens serão utilizadas para fins estritamente científicos ligados a esta pesquisa.

Atenciosamente,

Yara Lemos e Jeane Renata.

Eu, _____, responsável pelo (a) aluno (a) _____,

Autorizo a utilização das imagens do meu filho (a) na produção da pesquisa Africanidade Através dos Contos e Danças no 3º Ciclo”, realizada por Yara Lemos e Jeane Renata, no ano de 2012, na E. M. Tancredo Phídeas Guimarães, da Prefeitura de Belo Horizonte.

Assinatura do (a) responsável: _____

RG: _____ Data: _____

Telefone: _____